

BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 3



sindsifce.com.br



@sindsifce



SEXTOU NA GREVE DEBATE INTERSECCIONALIDADE DO MOVIMENTO GREVISTA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS FEDERAIS



No último dia 17/05, o Comando Geral de Greve do SINDSIFCE, em parceria com a ADUFC e SINTUFCE, realizou a terceira edição do “SEXTOU NA GREVE”.

O encontro aconteceu no Auditório do Campus Fortaleza, durante a tarde.

Para fazer “uma análise interseccional do movimento grevista e das políticas públicas educacionais federais”, a organização do evento convidou Jenni Dantas (IFCE), Rafaella Florêncio (IFCE - CND Sinasefe), Ângelo Oliveira (IFCE), Angel Leonam (Diretora LGBT DCE/UFC) e Sarah Rodrigues (Grêmio IFCE Fortaleza, FENET e UESM). A mediação foi realizada por Rafaela Teixeira (IFCE).

Os debatedores discutiram, entre outros temas, a exclusão histórica da população negra e a luta por cotas raciais. Também foi realizado debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+.

Na ocasião, ao final, os debatedores indicaram que a greve não deve ser vista e vivenciada apenas como

uma luta salarial, mas como uma luta por direitos coletivos e diversidade.

Rafaella Florêncio, da Direção Nacional do SINASEFE, fez importante resgate histórico sobre o tema. “A educação no Brasil ou o projeto de educação no Brasil, nunca teve como centralidade a classe trabalhadora; em geral, o projeto de educação do nosso país, é o projeto de uma elite, tanto econômica como intelectual. Além da questão do trabalho, devemos lembrar que nas décadas de 30 e 40, a população negra não tinha como se manter na escola, porque ela não tinha como comprar o fardamento, por exemplo. Então, esse é apenas um exemplo dos mecanismos de exclusão da população negra, desde sempre e que se coloca sempre como urgente, não importa em qual contexto.”

Jenni Dantas, docente do campus Canindé, lembrou da dificuldade em fazer o debate sério e

profundo sobre as políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+. "Olha, a questão do gênero e a questão da sexualidade não é uma questão subjetiva, a partir do momento em que o não-debate, a não-formulação de políticas públicas, te exclui de espaços nos quais você deveria estar usufruindo e/ou se beneficiando, de forma material ou não. Então, esse debate precisa avançar e muito; sempre que a gente tenta fazer isso, o que temos é a deturpação da política, com "kit gay" e uma série de direcionamentos equivocados, não permitindo que o debate fundamental avance", destacou.

Ângelo Oliveira, docente do Campus Quixadá, durante sua fala, situou sua intervenção. "Primeiro precisamos partir da premissa de que a deficiência é social e não biológica. Quando a gente coloca o biológico, a gente separa, a gente individualiza um fenômeno social e isso atende uma perspectiva psicologia burguesa, que projeta no sujeito a culpa pelo seu próprio fracasso. Então, essa é uma condição construída, pautada para um tipo ideal de homem de mulher, sobretudo na sociedade capitalista", disse. O evento foi transmitido ao vivo pelo canal do SINDSIFCE no YouTube.

MESA ESPECÍFICA E TEMPORÁRIA DA CARREIRA DOCENTE: CONHEÇA A PROPOSTA EM DETALHES

No último dia 15 de maio, representantes da Comissão Nacional Docente (CND), do Sinasefe, participaram da 5ª Mesa Específica e Temporária da Carreira Docente com os representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério da Educação (MEC). Na reunião o Governo apresentou os seguintes pontos:

1. Reajuste linear na malha atual da carreira docente:

- 0% para 2024
- 9% em janeiro de 2025
- 3,5% em maio de 2026

2. Aglutinação das classes DI e DII:

- Nova classe de entrada D (I e II) com nível único, duração de três anos e tendo progressão para o próximo nível apenas após o estágio probatório.

3. Redução de níveis na malha salarial:

- Redução de 13 para 10 níveis.

4. Alteração nos steps das classes DIII e DIV:

- Steps de DIII e DIV, níveis 2 a 4, passam de 4,0% para 4,5% em 2025 e para 5,0% em 2026.

5. Step da Classe DIV nível 1:

- Reduzido de 25% para 23,5% em 2025 e para 22,5% em 2026, iniciando a linearização dos steps.

6. Step da Classe DIII nível 1:

- Passa de 5,5% para 6,0% em 2026.

7. Alteração do Decreto N° 1.590/1995:

- Equiparação da Carreira EBTT ao Magistério Superior quanto à dispensa do controle de frequência dos docentes, a ser implementada após a assinatura do acordo.

8. Revisão da Instrução Normativa N° 66 de 2022:

- O governo acatou parcialmente a proposta, garantindo os critérios estabelecidos em lei para



progressão e promoção funcional: docente não terá prejuízo financeiro nem no tempo de interstício para progressão e promoção, desde que faça o pedido até seis meses após atendidos os requisitos. No entanto, não há garantias para assegurar que perdas passadas e saldos retroativos possam ser pagos, posto que foi perguntado pelos representantes sindicais, mas não incluso no escopo da proposta apresentada.

A revogação da Portaria Nº 983/2020, que estava sendo discutida nas mesas Específicas e Temporárias, ficaria de fora do acordo dessa mesa de carreira e passaria a ser discutida na mesa Setorial de Negociação com o Ministério da Educação.

É importante lembrarmos que alguns pontos da proposta da carreira Docente do Sinasefe, protocoladas junto com o Andes, não foram atendidos pelo Governo nessa mesa, tais como: o fim das classes, isonomias das retribuições por titulação entre os regimes de cargas horárias, aceleração de promoção, reajuste salarial para 2024, revogação da Portaria Nº983/2020, janela de adesão para carreiras extintas e ou atípicas para a carreira EBTT e MS, bem como a possibilidade de migração de servidores das instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa para outras Instituições Federais de Ensino.

A análise das contrapropostas do Governo aos segmentos TAES e Docentes devem ser feitas nas assembleias locais de base e na 191ª Plenária Nacional do sindicato, que será realizada no dia 26 de maio de 2024 (domingo), a partir das 9h, de modo híbrido (via plataforma Zoom e em Brasília-DF). É na 191ª Plenária Nacional do SINASEFE que será deliberado se Docentes e TAES aceitam ou não a proposta apresentada pelo Governo nessa quinta rodada de negociações.

COM INFORMAÇÕES DA ASCOM SINASEFE.

COMANDOS DE GREVE SE REÚNEM COM A REITORIA E COBRAM COMPROMISSO E CELERIDADE COM AS PAUTAS LOCAIS

No último dia 14 de maio, representantes das Seções Sindicais Sindsifce, Sinasefe Cariri, Sinasefe Crato, Sinasefe Iguatu, que representam os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, se reuniram, mais uma vez, com a Reitoria, dessa vez, no Campus Juazeiro do Norte.

O encontro teve como objetivo discutir pontos de pauta específicos de cada seção. As seções cobraram da Reitoria, medidas mais efetivas e céleres para as demandas encaminhadas nas mesas anteriores.

O primeiro ponto tratou da discussão sobre a necessidade de reposição de vagas docentes no Campus Juazeiro do Norte, em resposta à expansão da rede federal. Foi acordado que o diretor do campus elaboraria um projeto para mudança de tipologia, que seria enviado à SETEC, visando a ampliação do quadro de pessoal.

Outro ponto crucial foi o combate ao assédio moral e sexual dentro da instituição. As seções informaram que há mais de um ano está parado, sem prosseguimento, a solicitação da Reitoria acerca do parecer sobre a política de combate ao assédio. Também foi discutida a necessidade de fortalecimento das políticas étnico-raciais, com a alocação de recursos para os núcleos que tratam dos temas.

No que se refere à reorganização administrativa e ampliação de funções gratificadas, ficou estabelecido que a Reitoria buscará recursos e sensibilizará a SETEC para atender às demandas dos servidores e consolidar as estruturas necessárias para o bom funcionamento da instituição.

SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO

A discussão sobre este ponto da pauta foi divergente entre os presentes, resultando na decisão da Reitoria de não suspender o calendário no momento, devido a “implicações políticas e administrativas”. Por fim, a questão do descumprimento de um acordo prévio sobre o rol de atividades consideradas essenciais também foi abordada. Raquel Nepomuceno, da Diretoria do SINDSIFCE, solicitou que a Reitoria cumpra os acordos de forma bilateral, mantendo uma comunicação clara e constante com os comandos de greve, para evitar mal-entendidos e promover a pacificação junto à base sindical.

DEPUTADA FEDERAL LUIZIANNE LINS (PT/CE) PARTICIPA DE ENCONTRO COM SINDICATOS DA EDUCAÇÃO EM MEIO À GREVE NACIONAL

O Comando Unificado da Greve Federal da Educação no Ceará recebeu a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) no último dia 13/05, em um encontro que reforçou a união entre docentes e técnicos-administrativos na luta pela valorização da educação pública.

A reunião ocorreu na tenda da reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), organizada em conjunto pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Ceará (SINTUFCE) e o Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (SINDSIFCE).

Durante o encontro, os representantes sindicais expressaram suas críticas à postura do governo em relação às negociações salariais, classificando-o como “desrespeitosa” a proposta de reajuste de 0% para este ano. Eles destacaram a demora nas negociações e a falta de compromisso do governo com as demandas dos servidores públicos da educação federal.

Valmir Arruda, Coordenador Geral do SINDSIFCE, observou a importância dos Institutos Federais, como lugar de realização de sonhos: “Deputada, eu dou aula para alunos que estão em assentamento, lá em Canindé. Muitos desses meninos sabem que eles serão os primeiros a colocarem um Diploma na parede. É por isso, que cresce aqui a nossa responsabilidade. É por isso, que devemos ter responsabilidade com essa política pública que nós fazemos!”

Durante seu diálogo com docentes e TAE,



Luizianne Lins criticou o Arcabouço Fiscal, lamentou a forma como os últimos governos lidaram com a Educação e endossou a legitimidade da greve.

A parlamentar também criticou a atitude do governo federal de promover uma mesa de negociação com os docentes separada da mesa de negociação com os TAE, atitude que está sendo avaliada como uma tentativa de enfraquecer o movimento grevista. “Esse negócio de mesa de negociação separada não é o caminho até porque Lula é um presidente que veio das lutas autênticas e não nega isso.”

Para Rafaella Florêncio, da Direção Nacional do SINASEFE e membro da Comissão Nacional Docente, foi taxativa ao dizer: “nós estamos aqui para disputar esse governo; para disputar esse orçamento. Esse orçamento não pode apenas ficar na mão do Centrão e do Lira!”

Em resposta ao que consideram um descaso, as entidades sindicais estão intensificando as mobilizações da greve e solicitaram o apoio da deputada Luizianne Lins e da base parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) buscando sensibilizar acerca da importância da pauta da greve.

As entidades sindicais destacam que o governo não tem cumprido a revisão geral e anual dos salários, nem negociado a reestruturação das carreiras e a recomposição salarial. Além disso, não houve avanço na revogação de normas prejudiciais e na recomposição do orçamento para a educação, bem como no reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

Em vídeo gravado ao final do encontro, a Deputada firmou o compromisso com a categoria: “nosso mandato apoia a justa reivindicação e é preciso que o nosso governo compreenda importância de negociar com os servidores. É o momento de recompor; os servidores foram massacrados no governo Bolsonaro. Precisamos ter perspectiva de recomposição para esse ano.” A parlamentar reforçou empenho na luta.

Na última quinta-feira (16), o Comando Unificado de Greve, recebeu o Prof. Ricardo Antunes (UNICAMP), na sede da ADUFC, para palestra.

O tema do debate foi Trabalho Docente: Greves e Reivindicações sob Governos Progressistas.

Ricardo Antunes, uma referência em sociologia do trabalho, fez um retrospecto histórico sobre o mercado de trabalho no contexto dos diferentes períodos do capitalismo.



espaço para perguntas da plateia, aprofundando o debate sobre os temas abordados pela mesa.

O estudioso fez referência à greve nacional nas universidades federais, reafirmando o caráter legítimo da paralisação e rebatendo algumas falas do campo progressistas que avaliam o movimento como um desgaste ao governo Lula, fortalecendo a extrema-direita.

Diretoria do SINDSIFCE marcou presença no prestigiado evento. Valmir Arruda, Coordenador Geral do SINDIFCE (com o braço levantado), na ponta da imagem, representou a entidade.



A Prof^ª. Rafaella Florêncio, diretora nacional do SINASEFE e membro do Conselho Nacional Docente, foi uma das debatedoras, ao lado de Irenisia Oliveira, presidenta da ADUFC, Anna Karina, da rede estadual de ensino e do deputado estadual Renato Roseno (PSOL/CE), com quem a atividade foi construída conjuntamente, mediando o encontro.

Ele citou temas muito debatidos atualmente, como a uberização do trabalho, automação e robótica do trabalho, jornadas flexíveis (que mascaram precarização das condições trabalhistas), disseminação do home office, especialmente a partir da pandemia de Covid-19, dentre outros tópicos. Segundo ele, o trabalho remoto é um dos instrumentos de desmobilização da classe trabalhadora, dificultando a organização coletiva dos trabalhadores.

Público lotou o auditório para ouvir o renomado pesquisador. Após a exposição das falas, abriu-se



Fotos: ASCOM DA ADUFC

Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.

